



Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – FCHS

Licenciatura em Criminologia

Estratégias de prevenção da violência em contexto escolar

Ações direcionadas aos docentes

Orientadora: Professora Doutora Sónia Caridade

Pierina Alejandra Añez Fronterotta (35209)

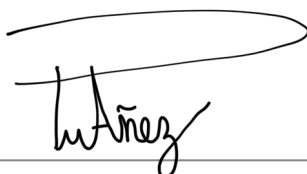
Porto, 2021





“(...) o mais seguro, mas o mais difícil meio de prevenir o delito é o de aperfeiçoar a educação” (Beccaria, 2013, pp.144)

Aluna

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'P. Añez', written over a horizontal line.

(Pierina Alejandra Añez Fronterotta)

Projeto de Graduação apresentado à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciado em Criminologia, sob orientação da Professora Doutora Sónia Caridade.

Resumo

O propósito deste trabalho é enquadrar conceptualmente a problemática da violência manifestada por crianças e jovens em contexto escolar e analisar estratégias mais efetivas para melhorar as relações, atenuar ou erradicar a violência, através da educação, existindo uma necessidade de prevenir, intervir e não de punir. Desta forma, pretende-se fundamentar a necessidade de prevenção precoce assim como algumas estratégias que podem ser inseridas nos planos curriculares da escola, bem como fornecer novas perspectivas do envolvimento e esforço de todos os agentes educativos (escola, professores, alunos, representantes e comunidade) sobre os quais é possível incluir, fornecer apoio e formação, assim como agir de forma mais eficaz, incluindo equipas multidisciplinares onde se incluem os criminólogos. Desta forma, os resultados expectáveis são que os participantes se tornem replicadores das aprendizagens obtidas durante a sua correta formação, conseguindo assim controlar ou atenuar os casos de violência dentro e fora da escola.

Os diversos métodos utilizados para a procura de soluções e aperfeiçoamento das estratégias com menores de idade, foi a investigação, pesquisa e realização da revisão literária para a construção do trabalho, baseada em livros e artigos científicos, compostas por fontes teóricas que auxiliam na procura de resposta sobre o tema abordado. Desta forma, a metodologia adotada para este projeto será o *focus group* a nível qualitativo.

Palavras-chave: Violência Escolar; Estratégias de Prevenção; Educação; Criminologia Educativa; Estilos Educativos; Fatores de Proteção.

Abstract

The aim of this work is to conceptually frame the problem of violence manifested by children and young people in school contexts and to analyse more effective strategies to improve relations, mitigate or eradicate violence, through education, as there is a need to prevent, intervene and not to punish. In this way, it is intended to justify the need for early prevention as well as some strategies that can be inserted in the school curricular plans, as well as to provide new perspectives of the involvement and effort of all the educational agents (school, teachers, students, representatives and community) on which it is possible to include, provide support and training, as well as act in a more effective way, including multidisciplinary teams where criminologists are included. In this way, the expected results are that participants become replicators of the learnings obtained during their correct training, thus managing to control or mitigate the cases of violence inside and outside the school.

The various methods used to seek solutions and improve strategies with minors, was the investigation, research and realization of the literary review for the construction of the work, based on books and scientific articles, composed of theoretical sources that help in the search for answers on the subject addressed. Thus, the methodology adopted for this project will be the focus group at the qualitative level.

Keywords: School Violence; Prevention Strategies; Education; Educational Criminology; Educational Styles; Protection Factors.

Agradecimentos

Obrigado a todos!

Agradeço, primeiramente, à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, pela qualidade de ensino ministrada e preparação para o mundo do trabalho. Este agradecimento estende-se a todos os docentes do curso de Criminologia bem aos funcionários com os quais tive o gosto de privar. Os ensinamentos, apoio, conselhos, partilha de experiências e competências foram uma mais valia no meu percurso académico. Estou grata por toda a dedicação, paciência, confiança e disponibilidade que me transmitiram, ajudando no meu crescimento pessoal e académico. Em particular, a minha orientadora, a Professora Doutora Sónia Caridade.

Queria também deixar um agradecimento à Escola Secundária e Básica de Águas Santas, estabelecimento que me acolheu para a realização de meu estágio. Obrigado por todas as experiências e conhecimentos que me proporcionaram, possibilitando-me ter uma maior abrangência acerca do fenómeno da violência escolar.

Obrigado a minha família, em especial a meus pais Pierina e Juan, às minhas irmãs Giovanna e Mariale, sem os quais todo este percurso não seria o mesmo, manifestando todo o seu apoio incondicional na concretização do meu sonho de vida pessoal *Los amo!*

Ao meu irmão Leandro que se tornou pai recentemente e me inspirou com a sua preocupação com o futuro dos jovens. Vê-lo preparar-se para esta sua nova etapa, através da investigação, formação sobre os estilos parentais foi para mim essencial para abordar esta temática tão fundamental nos dias atuais.

O agradecimento sentido é ao meu tio Oscar, que já não está entre nós. A sua inesperada partida influenciou-me no estudo de Criminologia. A insegurança vivida na minha terra, Venezuela tirou-lhe a vida. Desde esse momento, desejei estudar algo na área da justiça, para poder de alguma forma contribuir na prevenção e/ou apoiar as vítimas de injustiças.

Às minhas amigas que estão espalhadas pelo mundo, pelas palavras de incentivo que se traduziu em confiança para controlar meus medos e preocupações. Desejo também agradecer à Rafa e à Patrícia que me acompanharam ao longo do meu percurso e nesta fase final, orientando-me com o trabalho e ajudando-me a melhorar o meu português.

A todos, bem haja!

Índice

Introdução	10
CAPÍTULO I - Revisão da Literatura	12
1.1. Contexto escolar	12
1.1.1. Violência escolar	12
1.1.2. Conceitos inerentes à violência em contexto escolar	14
1.2. Estratégias de prevenção de violência	16
1.2.1. Fatores de risco e fatores de proteção nos jovens	20
1.2.2. O papel da escola e dos educadores	22
1.2.3. A importância do papel dos criminólogos nas escolas	24
1.2.4. Programa curricular coeducativo	26
CAPÍTULO II - Estudo Empírico	29
2.1. Abordagem metodológica	29
2.1.1. Objetivos	29
2.1.2. Instrumentos de recolha de dados	30
2.1.3. Focus group	30
2.1.4. Proposições	30
2.2. Caracterização dos participantes	31
2.2.1. Papel do investigador	31
2.3. Material e procedimentos metodológicos	32
2.3.1. Técnica de análise de dados qualitativos	34
2.4. Resultados esperados	34
2.4.1 Análise e discussão dos resultados	36
Reflexões finais	41
Referências Bibliográficas	43
Anexos	46



Índice Tabela

Tabela 1 - Construção do guião	31
Tabela - 2. Resultados esperados	33

Introdução

O presente projeto incide essencialmente sobre a violência em contexto escolar, mais especificamente em propostas de estratégias mais eficazes ou aperfeiçoamento das já anteriormente implementadas, tendo em conta os docentes.

Cada vez mais, se está a dar visibilidade nos meios de comunicação e em convivência social, a violência em contexto escolar devido ao impacto que esta tem nas comunidades, causando constante preocupação e questões face à importância de prevenir e enfrentar a violência de forma precoce (Silvia & Assis, 2018).

A justificação deste projeto, surgiu através do interesse, curiosidade e inquietude da aluna, pelo aumento da violência nos jovens, pela evidente falta de prevenção das condutas antissociais, uma vez que só se considera a parte punitiva e não a preventiva, sobretudo com as crianças e jovens que são o suporte da nossa sociedade, sendo assim muito relevante a procura de melhores estratégias em contexto escolar, onde se possam envolver todos os agentes educativos e a equipas multidisciplinares.

Porque é relevante a participação de todos os agentes de socialização? Porque é a única forma de ter resultados positivos e evidentes a curto e longo prazo de atenuação ou erradicação da violência, melhorando em conjunto com docentes, alunos, instituições, pais, e sociedade. Com o objetivo, de que todos nós fiquemos a aprender e a entender com estes profissionais sobre as estratégias a nível escolar de prevenção e intervenção precoce, sendo muito relevante e necessário na nossa sociedade hoje em dia e se procura que sejamos replicadores das aprendizagens e não esperar a que os menores cometam crimes para brindar um apoio integral.

Assim, esta investigação torna-se pertinente no sentido de melhorar as relações, o ambiente e prevenir precocemente ou de certa forma atenuar a violência já existente, através do esforço em conjunto de todos os agentes educativos, sendo estes, os alunos, pais, professores, escola e até a comunidade local de forma a obter resultados eficazes. É de ressaltar que o foco deste estudo não são unicamente os jovens, pois estes são apenas uma parte da problemática, e não em toda a sua envolvência, por isto demos visibilidade aos docentes.

O objetivo geral definido para esta investigação, é compreender quais as estratégias mais eficazes no contexto de violência escolar, com o foco nos docentes. Já a nível de objetivos específicos, pretende-se, Desconstruir a violência e sua banalização; Definir práticas de prevenção, através da organização do ambiente escolar; Compreender os



benefícios da resolução pacífica de conflitos e da educação emocional; Fomentar a formação devida aos profissionais de ensino e introduzir os criminólogos nas escolas.

É de ressaltar que as normas utilizadas a nível de referência foram as APA (*American Psychological Association*), pois é o estilo, mais utilizado a nível académico internacionalmente, bem como na maioria dos jornais científicos e artigos periódicos. Dado que existe o interesse por parte da autora, da publicação da revisão da literatura sob a forma de artigo académico (APA, 2019).

Deste modo, numa primeira parte, temos a revisão da literatura, na qual são abordados alguns fenómenos presentes em contexto escolar, clarificando e diferenciando os vários conceitos relacionados, como é o caso da violência escolar, as suas diversas formas e consequências, as estratégias de prevenção em contexto escolar português, o papel da escola, o papel do educador, os programas coeducativos, a identificação dos fatores de risco e dos fatores de proteção nos jovens.

Numa segunda parte, temos estratégias práticas de prevenção em contexto escolar, melhorando a organização do ambiente escolar. Uma vez que será necessária a sensibilização de toda a comunidade educativa. Em seguida, mencionam-se as diversas propostas de implementação para escolas, tanto públicas como privadas, com a finalidade de erradicar ou atenuar a violência. Temos assim, a desconstrução da violência e sua banalização, introdução dos criminólogos nas escolas, resolução pacífica de conflitos, educação emocional, formação devida aos docentes, entre outros.

Numa terceira parte, aborda-se a metodologia utilizada, qualitativa, a justificação do estudo, a técnica de recolha de dados (*Focus group*) a proposta de investigação, os objetivos (gerais e específicos), o método e por último, a apresentação de resultados e discussão ou reflexão final, incluindo as potencialidades da proposta, as limitações para a concretização e as sugestões para investigações futuras.

Capítulo I - Revisão da Literatura

O presente capítulo subdivide-se em dois grandes grupos, com o objetivo de que contribuam teoricamente para o esclarecimento de conceitos relevantes para o desenvolvimento desta investigação, nomeadamente: contexto escolar, que se encontra dividido em duas temáticas de violência escolar e os conceitos de alguns dos fenómenos presentes no contexto escolar. Por fim temos os fatores de risco e de proteção nos jovens, o papel da escola e dos educadores e por último a prevenção da violência.

1.1. Contexto escolar

Atendendo a uma crescente preocupação da sociedade pelo crescimento da violência escolar, delinquência juvenil, conduta antissocial, problemas de comportamento e a indisciplina dos jovens, existe uma necessidade de investigar e analisar estas problemáticas. Portanto, ter em conta este tipo de situações que representam um bom indicador para desenvolvimento de investigações, planos de intervenção e estratégias de prevenção, quer seja a nível das escolas ou ao nível da comunidade (Martins, 2005).

Segundo Calderón (2011), o fenómeno da violência tem vindo a acentuar-se nas escolas, e existe ainda pouca atenção a este assunto, por muito mediático e atual que seja há uma grande necessidade de aprofundar o problema de forma a arranjar soluções, já que o compromisso das escolas é a formação de cidadãos democráticos, com valores, capazes de ter controlo social, sendo que estes devem expressar respeito mútuo, responsabilidade, relações saudáveis e atitudes pró-sociais, inseridos socialmente em toda a sua envolvimento. Na verdade, deve ser tratado de forma particular através de ações pedagógicas consensuais, tendo em conta a realidade de cada centro educativo, para medir e prevenir os atos de violência.

1.1.1. Violência escolar

Para conseguir perceber o que é a violência escolar, é fundamental explorar a forma como é indicada. Deste modo, primeiro existe a necessidade de definir o que é a violência, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), incluído no Dicionário Crime, Justiça e Sociedade, define a violência como *“o uso da força física ou poder, em ameaça ou na prática, que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, mau*

desenvolvimento ou privação” (OMS, 2002, pp.518). Outra definição seria “*ato de brutalidade física e/ou psíquica contra alguém e que caracteriza relações de opressão, intimidação, medo e terror*” (Silva & Assis, 2018, pp.8).

Por outras palavras, “*A violência consiste numa agressividade fora de controlo, ou cessa com a submissão do outro, mas não a conduta violenta, que pode mesmo conduzir à morte*” (Martins, 2005, pp.110). Desta forma, Martins (2011), diz-nos que a violência é aprendida socialmente e possibilita o estabelecimento de hierarquias, delimitar territórios, poder e/ou domínio, integrar-se num grupo, protagonismo social e é usado como forma para solucionar conflitos.

Vários autores, como Silva e Assis (2018) e Saavedra (2016), salientam que a violência está categorizada como um problema de Saúde Pública, sendo necessário, desta forma, que a violência escolar seja uma prioridade de pesquisa e de intervenção. Por um lado, a violência impacta diretamente com a saúde mental de qualquer pessoa, tendo consequências como a manifestações de depressão, ansiedade, estresse e ideias suicidas. Por outro lado, a violência também causa problemas de desgaste físico, como problemas para dormir, dermatitis, dores de cabeça, entre outros sintomas (Vargas & Monjardín, 2019).

Neste caso em concreto, abordamos a violência escolar, que evidentemente é um tipo de violência específica, que acontece na própria escola, as vítimas e agressores são os próprios alunos e os docentes contribuem ao não controlar, tirando por vezes a importância aos atos violentos, acabando por gerar permissibilidade e agravamento das situações. Verificando-se assim, que a violência escolar é um obstáculo para a missão principal da escola que é o processo de aprendizagem dos alunos (Cabeza & Guerrero, 2020; Melim & Pereira, 2013).

Alguns estudos, segundo Silva e Assis (2018), que analisam a origem deste tipo de violência, apontam para a família como consequência de um processo de aprendizagem, que logo passa para outros contextos sociais. No entanto, há quem defenda que se deve a exclusão social, falta de oportunidades e de reconhecimento, influência dos meios de comunicação, a má utilização do tempo livre, consumo de substâncias, entre outros fatores. A violência escolar pode ainda ser consequência da falta de regularização social no contexto familiar e relacionado com padrões de agressividade (López, Becerra, García & Gutiérrez, 2008).

Repare-se, que a violência escolar está vinculada positivamente com a desvinculação moral, sendo este um preditor da conduta antissocial mais importante, visto que utilizam técnicas e mecanismos de não aceitar a responsabilidade, deitar a culpa aos outros (a vítima) e a distorção das consequências (Vargas & Monjardín, 2019).



Desta forma, a escola deve manifestar tolerância zero a qualquer manifestação de violência que ocorra em contexto escolar, já que esta problemática tem vindo a aumentar, e é cada vez mais frequente, e com maior gravidade de consequências. Dado isto, esta não pode nem deve ser desvalorizada (Melim & Pereira, 2013).

1.1.2. Conceitos inerentes à violência em contexto escolar

A literatura assinala que sob o significado de violência escolar existem diversos fenómenos, que estão relacionados, no entanto, apresentam distintas causas e graus de gravidade (Martins, 2005). Alguns dos fenómenos que podem estar presentes no contexto escolar, ou na sua envolvência que não vamos aprofundar, é o caso *Grooming* (ganhar a confiança de um menor de idade através da internet, é um tipo de assédio, que tem como objetivo consumir o abuso sexual) ou *ciberbullying*, extorsão online (pode ser por *Sexting* ou melhor conhecido por *Sextortion*, extorsão ou partilha de conteúdo com teor sexual sem o consentimento da pessoa) (Hernández et al., 2016).

1.1.2.1. *Bullying* ou maus tratos entre pares

O *Bullying*, é um tipo de comportamento violento muito específico, ou seja, são manifestações de diversos comportamentos agressivos (verbal, físico e relacional), por parte de um aluno ou um grupo de alunos, que exercem a sua força, domínio ou abuso de poder, contra um aluno vulnerável (menor força, mais novo) ou indefeso (desvantagem numérica ou incapaz de se defender). Frequentemente, em repetidas ocasiões, ou pelo menos a ameaça de que pode voltar a acontecer, com a finalidade de adquirir gratificação psicológica, maior estatuto social ou alguma vantagem económica. Esta expressão, que se traduz em maus tratos, intimidação e/ou vitimização entre pares (Martins, 2005, 2011).

Naturalmente, Martins (2005) sugere que as crianças e jovens que cometem *Bullying* correm um risco superior para desenvolver condutas criminosas e/ou de consumo de substâncias.

1.1.2.2. Conduta antissocial



As condutas antissociais são comportamentos que um indivíduo comete e são opostos aos interesses ou valores da sociedade (Cabeza & Guerrero, 2020). Por outras palavras, pode ou não constituir um incumprimento das leis vigentes, mas sim é um desvio da norma, manifestando-se, como causar dano físico e/ou psicológico, e/ou prejuízo de propriedade, ou desrespeito a outro indivíduo, violando as normas de determinada comunidade (Martins, 2005).

1.1.2.3. Indisciplina

A indisciplina é a falta de disciplina, ou por outras palavras, a desobediência das regras estabelecidas e está dividida em três partes, segundo Martins (2005) e Martins (2011):

1. Em primeiro lugar, desvio das normas (barulho na aula, mudez quando se solicita a participação, mexer no telemóvel durante a aula) - não encaixa a delinquência nem a conduta antissocial.
2. Em segundo lugar, os conflitos, incidentes entre os alunos (problema nas relações, pequenas disputas, que podem apresentar comportamentos agressivos ou violentos) - podendo ser atos delinquentes.
3. Em terceiro lugar, os conflitos entre o professor e o aluno (insultos, vandalismo, desobediência, agressividade e violência, contestações, entre outros) - dependendo da gravidade podem passar às autoridades competentes.

1.1.2.4. Delinquência juvenil

A delinquência juvenil ocorre quando os indivíduos que cometam um delito e que não possuam a idade suficiente para a responsabilidade penal (segundo o art.9º do Código Penal português, maiores de 16 anos e menores de 21). Desta forma, a evolução da conduta agressiva pode estar condicionada e prever diferentes evoluções para a vida adulta, apresentando o mesmo tipo de condutas delinquentes no período da adolescência, mas com diferentes fatores de risco (Martins, 2005).

Por um lado, Martins (2005) diz-nos que, o início precoce, ou seja, na infância (ligado a estilos parentais inadequados, problema neuro-cognitivos, temperamento difícil, problemas de autocontrolo e hiperatividade) é um indicador de condutas delinquentes persistentes ao longo da vida, pois existe uma tendência a continuar com esse tipo de comportamento em idade adulta, podem inclusive apresentar historial preenchido de fatores de risco.



Por outro lado, ainda segundo o mesmo autor, o início tardio na adolescência e as condutas delinquentes limitada a adolescência, como o mesmo nome o indica perdura apenas na adolescência, possuem um alto envolvimento em atos delinquentes, mas tendem a ter um historial normativo, ou seja, convivem com pares delinquentes mas com tendência a acolher valores não convencionais.

1.1.2.5. Distúrbio de conduta

O distúrbio ou perturbação de conduta, pertence a uma classificação psiquiátrica, sendo identificado como um transtorno psicológico que se deposita aos indivíduos e não propriamente a seus atos. Estes apresentam um conjunto de sintomas, sendo diagnosticados quando existem e cumprem um conjunto destes (3 ou mais) e se verificam ocorrências de problemas num dado período de tempo (durante 6 meses), podendo-se manifestar de forma sistemática e persistente, onde são violados os direitos básicos dos outros ou por infração de normas sociais. A perturbação do comportamento causa sofrimento clinicamente significativo e está presente nos diversos contextos de vida da pessoa (casa, escola e comunidade), um preditor deste distúrbio pode ser a irritabilidade. Existindo quatro grupos de comportamentos: agressão contra animais e pessoas; mentira e roubo; destruição de propriedade e transgressões graves de regras (Martins, 2005).

1.2. Estratégias de prevenção da violência em contexto escolar

Segundo Pablo de Molina (2016) referido no texto de Cabeza e Guerrero (2020), a prevenção é a *“preparación con la que se busca evitar, de maneira anticipada, un riesgo, un evento desfavorable o un acontecimiento dañoso”* (Molina, 2016, pp.89). Outra definição, fornecida pelo Cunha (2016) seria a ação para evitar o início da atividade desviante, com a intenção de diminuir ou erradicar a violência.

A UNICEF (2016), reforça que se deve ter em conta, que as bases da sociedade futura são as crianças e jovens, o qual gera muita preocupação a nível social. Desta forma, é importante detetar e atuar de forma precoce, uma vez que são problemáticas que escalam com facilidade, assim devem ser criados planos integrais de campanha de saúde pública nas escolas, de prevenção primária e secundária (Cabeza & Guerrero, 2020).

A prevenção primária, diz respeito às estratégias importantes para a educação para a cidadania, que promovem a socialização positiva, um ambiente favorável para a aprendizagem que abrange toda a comunidade, fomentando a ética de responsabilidade, ou seja, cuidar dos outros, prestar auxílio em caso de necessidade, o cumprimento de normas, ser justo, desenvolver empatia e conexão com os outros (Martins, 2011). Assim, a prevenção primária, é aplicável a toda a comunidade em geral, e procura evitar o desenvolvimento de comportamentos desviantes, é a melhor ferramenta para atuar com eficácia nos centros educativos contra a violência (Hernández et al., 2016).

Desta forma, a prevenção primária atual, consiste em educar, por isso é importante fomentar nos jovens pautas de controle e sociabilização. Cabeza e Guerrero (2020) defendem que para prevenir, em contexto escolar, as condutas antissociais se pode ou se deveria recorrer à criminologia. Silva e Assis (2018) perceberam, que não só se verifica ausência ou insuficiência dos criminólogos nos programas de prevenção e intervenção da violência escolar, como de outros profissionais como é o caso dos psicólogos, assistentes sociais e médicos, o que corrobora com a necessidade de aumentar e intensificar programas.

É de ressaltar que a prevenção secundária, foca-se essencialmente na intervenção com crianças e jovens que são vulneráveis e estão em risco de desenvolver ou de se converter em vítimas ou em ofensores. Este nível de prevenção é centrado na Saúde Pública, tem estratégias como a educação remediativa, promoção de competências sociais, tratamento psicológico, comportamental ou de aprendizagem, entre outros (Cunha, 2016).

Verifica-se nos estudos de Cabeza e Guerrero (2020), que nunca se implementaram políticas públicas de prevenção às condutas antissociais desde os primeiros anos de vida, onde as crianças desenvolvem a aprendizagem das relações sociais de uma comunidade. Desta forma, o mesmo autor ressalta o erro que comete o Estado, pois este espera que os jovens tenham problemas penais para atuar, o que é altamente prejudicial, pois não se está a tratar o foco das problemáticas, nem se está a prevenir o início deste tipo de comportamentos.

Ainda segundo o autor, existe uma extrema importância da prevenção e intervenção das condutas antissociais desde a infância. Logo, é fundamental a prevenção precoce, para tratar a raiz dos problemas, conseguindo conscientizar, educar e orientar as crianças e aos jovens, sem aguardar que cometam atos ilícitos para que se lhes possa fornecer apoio (Silva & Assis, 2018). Assim sendo, a educação e as intervenções socioeducativas focadas na prevenção são ferramentas chaves numa tentativa de erradicar as transgressões dos direitos humanos provocados pela violência (López, Noguero & Vázquez, 2020).

Em muitas ocasiões dá-se pouca atenção às incivildades, causando o desenvolvimento de condutas mais agravadas e deve ser todo o oposto, deveria ter intervenção imediata para prevenir estas manifestações indesejadas (Nunes et al., 2015).

Neste estudo não será aprofundada a prevenção terciária, pois esta foca-se em prevenir a reincidência, ou seja, aplica medidas a indivíduos que já têm um histórico criminal, com o objetivo de intervir de forma que os delitos deixem de ser cometidos (Maia et al., 2016).

Previamente às intervenções, a escola deve saber em que situação se depara em relação às condutas violentas entre alunos e reconhecer a existência do problema, podendo utilizar para a recolha de dados questionários e entrevistas, de forma a indagar em que locais da escola são mais frequentes, para escolher medidas eficazes de atuação (Martins, 2011).

A escola deve monitorar e avaliar continuamente as estratégias que implementa para intervir ou prevenir a violência, e, para orientar caso seja necessário a substituição de estratégias pouco eficazes ou adaptar as mudanças em ambiente escolar. Estas intervenções de combate à violência escolar podem ser simultâneas, já que os fatores que as geram são similares (Melim & Pereira, 2013).

É necessário, segundo Caridade et al. (2018), o envolvimento dos pais, professores, alunos e comunidade e não só dando unicamente visibilidade aos mais novos, como se verificou na maioria dos estudos pois eram redutores e insuficientes por só incluir os alunos, mas neste estudo em concreto, o foco são os docentes. Sendo que, o que se procura é ter resultados positivos a curto e longo prazo, para que as estratégias de prevenção/intervenção nas escolas possam ter melhores resultados, conseguindo fazer face aos diferentes e grandes desafios que se colocam.

Desta forma, as medidas e ações implementadas nas escolas são decisivas, tendo características excepcionais, uma vez que a influência de todos os agentes de socialização, permite abranger toda a população envolvente aos alunos, por isso devem estar acordadas com estudos que integrem diferentes pontos de vistas (Nunes et al., 2018).

Muitos estudos coincidem, que para a intervenção ter resultados eficazes deve ser, de aplicação precoce, com um início antes da adolescência, aplicada com continuidade e a longo prazo e que abarque múltiplas problemáticas, são mais efetivas que aqueles que abarcam um único fator de risco (Cabeza & Guerrero, 2020).

Outros estudos, apontam para as avaliações dos programas de intervenção, onde se verificam resultados mais fortes do que os que tinham a participação de toda a escola e da comunidade (alunos, docentes e responsáveis) (Silva & Assis, 2018). Verifica-se que as

intervenções dirigidas só às crianças e adolescentes, onde assumem que são o problema, têm menor eficácia (López, Becerra, García & Gutiérrez, 2008).

É evidente, o sucesso na prevenção e atenuação da violência nos casos em que se atribui uma perspectiva holística, intersetorial e interdisciplinar, assim como os integrados com as atividades da escola, de forma recorrente e sistemática (estando introduzido no projeto político pedagógico da escola) (Silva & Assis, 2018). Uma vez que está confirmada a ineficácia das ações pontuais e dispersas sobre estes fenómenos (Melim & Pereira, 2013). Assim, as instituições educativas devem ver as estratégias como sendo acessíveis, simples de aplicar, econômicas e fundamentalmente eficazes com vantagens a médio prazo (Caridade et al., 2015).

Não só são importantes estes pontos, se não for estimulada a implementação de relações democráticas, beneficiar de boa convivência e o respeito, assim como, a aceitação das diferenças. De facto, nestes programas devem-se incluir as variantes que podem constituir a violência, incluindo reflexões sobre a realidade em concreto, tendo em conta o contexto social e cultural, para que não aconteça exclusão e marginalização de alunos que são etiquetados como diferentes (Silva & Assis, 2018).

Desta forma, as intervenções eficazes são ao nível do controlo ou autorregulação das emoções e dos impulsos, assim como o desempenho cognitivo para a resolução dos conflitos e a modificação de estratégias que permitam conseguir objetivos específicos. Quando a escola escolhe métodos de prevenção que estão inseridos na convivência positiva, recusando todas as expressões de violência, mostram maior eficácia. Assim como quando incluem intervenções que integram diversas medidas aos diferentes níveis de: sala de aula, escola, individual e comunitário (Martins, 2011, 2005).

Segundo Martins (2011), algumas estratégias envolvem a formação de professores e sessões de apoio aos representantes onde abordam temáticas da cultura juvenil, os estilos educativos parentais com mais sucesso e ensinam a colocar limites na área das relações afetivas. Do mesmo modo, Nunes, Caridade e Sani (2015) defendem que aumentar a quantidade de profissionais dos centros educativos, para criar equipas multidisciplinares, incorporando profissionais de outras, como é o caso dos psicólogos e criminólogos, para garantir o progresso positivo e a multidimensionalidade das instituições educativas.

Além disso, a instituição educativa deve evitar que se fomente a rejeição dos alunos que não seguiram as normas, se deve tentar integrar, com uma saudável convivência, fomentando relações afetivas e respeitadas, procurando que o aluno em questão não sinta ressentimento social (Cabeza & Guerrero, 2020).



No texto de Martins (2011), sugerem que os programas de prevenção devem respeitar o modelo ecológico, ou seja, realizar as intervenções a diferentes níveis em simultâneo, misturando intervenções comunitárias, individuais, grupais e políticas. Guiando-se desta forma da abordagem de Saúde Pública que requer ponderar fatores de risco e de proteção, nos diversos níveis de intervenção para promover os fatores de proteção e minimizar o impacto dos fatores de risco. Sempre que possível estes programas devem ser mais focados nos grupos que individualmente, envolvendo aos alunos, professores, direção, comunidade e as práticas educativas.

1.2.1. Fatores de risco e de proteção nos jovens

1.2.1.1. Fatores de risco

A autora Olga Cunha (2016), define os fatores de risco, como variáveis ou riscos que se apresentam em uma pessoa, podem ser dinâmicos (modificáveis - condições sociais ou psicológicas) ou estáticos (antecedentes familiares ou história de violência prévia), que aumentam a vulnerabilidade para desenvolver uma perturbação. Ou como refere o autor Shaw (2001) incluído no texto de Cabeza e Guerrero (2020), que as crianças que têm desde muito cedo, certas características individuais e se desenvolvem em certas circunstâncias, é muito mais provável que sejam propensos a “*não retorno*”, ou seja, fatores que dificultam a alteração dos comportamentos.

É evidente, que os pais e as escolas devem procurar modificar os fatores de riscos dinâmicos para diminuir a probabilidade de que os jovens se envolvam numa determinada ocorrência indesejável ou que manifestem comportamentos delinquentes, que são produto de uma extensa diversidade de fatores e mecanismos, pois não depende apenas de um único fator o começo ou a manutenção destes comportamentos (Cunha, 2016).

Assim sendo, os fatores de risco podem ser: por fatores individuais (biológicos: hiperatividade, complicações no parto, temperamento, distúrbios de comportamento na infância, entre outras) por fatores externos relacionados com pares delinquentes ou com condutas desviantes, fatores da própria comunidade, a escola e problemas associados (à qual pode se incrementar a inadaptação do jovem), o mau uso do tempo livre, condições socioeconômicas muito baixas e o fraco envolvimento ou rendimento académico (Martins, 2005; Cabeza & Guerrero, 2020; Caridade et al., 2019).

Além dos pontos referidos no parágrafo, López et al., (2008) e Caridade, Martins e Nunes (2019), referem outro fator de risco que seria o familiar que pode ser pelo funcionamento ou estrutura do sistema familiar, e que pode gerar influências adversas, como é o caso das práticas de criança negativas (negligentes e ou permissivos excessivos), o afeto negativo, práticas de disciplina inadequada (punição física e disciplina coercitiva, castigos, excessivas ordens, muitas críticas, intruções e normas não explicadas, de forma humilhante) foco nos logros, abuso infantil ou negligência, consumo de substâncias, relação problemática entre pais e filhos, escassa atenção às condutas corretas ou de obediência, pouca atenção e supervisão e comportamentos antissociais dos pais.

Os fatores de risco podem ir aumentando em frequência, formas e em funções, podendo estender-se ou serem transferidos em diversos contextos, ou seja, desde a escola, a casa ou em ambos (López et al., 2008). Quando os jovens levam uma vida com um estilo de risco e que está marcado pela existência de múltiplos fatores de riscos, a probabilidade de adoção de comportamentos desviantes e delinquentes aumenta (Caridade et al., 2019).

Desta forma, é crucial estudar, avaliar e identificar os riscos em contexto escolar, para conseguir acentuar a eficácia dos programas preventivos. A identificação dos fatores de risco é necessária para a construção de planos de gestão dos riscos, adaptados às necessidades e características individuais de cada indivíduo ou como um todo (Cunha, 2016). Se, se conseguir conhecer e identificar os fatores, pode-se prever o grau de perigo ou evitar certos comportamentos, ou seja, os fatores de risco podem tornar-se um foco de intervenção e ao mesmo tempo prevenção, através da redução dos riscos identificados e aumentando a proteção (Cabeza & Guerrero, 2020).

1.2.1.2. Fatores de proteção

Por outro lado, Cunha (2019), diz-nos que os fatores de proteção, neutralização ou suavizadores, são os que podem diminuir a probabilidade de os jovens se tornarem transgressores de normas ou delinquentes. Uma vez que, são condições que moderam os efeitos dos fatores de risco (quer seja de um ou de vários), traduzindo-se na redução da incidência da problemática, tendo assim, um impacto positivo e com influência no indivíduo e na sua resiliência. Assim se revela a importância dos fatores de proteção, com a finalidade de prevenir e atenuar os comportamentos de risco.



De facto, o período da adolescência é preenchido por grandes mudanças, quer sejam biológicas, psicológicas, sexuais, afetivas, sociais ou morais, sendo que estas vão moldar o futuro de cada indivíduo. É, essencialmente, uma fase de desenvolvimento na qual surge a necessidade de autonomia, caracterizada pela procura de autoafirmação, independência emocional e intelectual. Existe uma procura pela identidade, os estados de espírito vão-se alterando frequentemente de tristeza à euforia sem a necessidade de ter um motivo em particular, que por vezes chega a gerar insegurança (Hernández et al., 2016).

É possível aferir nos termos de Camacho et al. (2010) que um fator de proteção pode ser a ligação a uma instituição educativa, ao ambiente escolar, e ao vínculo com os professores. Assim como, para evitar a influência dos pares (que podem motivar a experimentar comportamentos novos ou reforçar comportamentos de risco) é a sustentação emocional e as fontes alternativas de comunicação (professores e pais).

Os fatores de proteção presentes nos centros educativos, de acordo Hernández, Sáez, Ramos, Álvarez e García (2016), são a percepção dos abusos ou maltrato, informação e formação (dos alunos, pais e professores), a educação emocional e a formação para a resolução pacífica de conflitos, a resiliência estes serão explicados mais à frente. Assim como o sentido de pertença e o ambiente cooperativo e não competitivo (Calderón, 2011).

Segundo, o Martins (2005), alguns dos fatores de proteção que ajudam à desistência de conduta antissocial são na vida adulta o laço afetivo com um parceiro(a), que não seja agressivo(a) e/ou trabalho estável onde existe realização profissional.

1.2.2. O papel da escola e educadores

A educação é uma ferramenta essencial para conseguir mudanças reais, uma vez que na infância e adolescência se obtém os modelos de valores e comportamentos que vão condicionar e construir a identidade própria dos indivíduos, assim como as relações que se vão estabelecendo com outros, no centro educativo e na sociedade (Hernández et al., 2016).

Desta forma, a escola é um espaço de desenvolvimento e aprendizagem, para as crianças e jovens que serão o futuro de nossa sociedade, tendo em conta que é um local onde passam muito tempo da sua vida e pode ter influência no seu estado mental e comportamento, tornando-se assim, fundamental estimular e sensibilizar aos alunos para ter boas práticas de convivência e de relacionamentos (Melim & Pereira, 2013).



Assim sendo, segundo Cabeza e Guerrero (2020), o valor das instituições educativas consiste no facto das crianças e jovens passarem uma grande quantidade de tempo na escola, não é só um lugar de conhecimentos e aprendizagem, mas também se adquire conhecimentos sociais. Deste modo, e devido à quantidade de tempo despendida neste local é possível contribuir de forma eficaz na proteção ou no envolvimento dos comportamentos de risco (Camacho et al., 2010).

Os centros educativos, de acordo com Camacho et al., (2010), são um espaço favorecido pelos encontros e interações, pois representam um papel essencial para o processo de sociabilização dos alunos, onde possuem a responsabilidade de transmitir normas, modelos de comportamentos, promovem o desenvolvimento harmonioso e a autoestima, ao mesmo tempo que o indivíduo acede ao conhecimento.

Efetivamente, são um sector privilegiado e de grande importância para a prevenção de condutas antissociais, tendo em conta que a família perde validade pela influência dos pares e é preciso neste caso de outros agentes de socialização (Cabeza & Guerrero, 2020).

O papel da escola é fundamental tanto para a prevenção (primária e secundária), como para a sensibilização e a sinalização precoce da violência, atuando como meio de obtenção de resultados mais eficazes, correspondendo a escola a obrigação de intervir perante estes casos. Daí, ser fundamental a escola ter um protocolo de atuação para fornecer respostas adequadas aos alunos, assim como, um plano de intervenções e estratégias que sejam eficientes e educativas. Então, tem a função de dissuadir esses comportamentos anti-normativos ou não pró-sociais (Hernández et al., 2016).

Assim como, a importância e o trabalho dos professores que não é amplamente compreendida nem apoiada, segundo Cabeza e Guerrero (2020) e Hernández et al. (2016), são agentes fundamentais para educar, detectar e intervir em possíveis situações de violência, sendo decisiva para a desconstrução de valores e atitudes que fomentam a violência, em prol da erradicação destas problemáticas na nossa sociedade. Sendo uma figura essencial para promover nos jovens, a capacidade de decisão e de eleição de estilos de vida saudáveis (Camacho et al., 2010). Este deveria ser um trabalho com um início precoce e não quando a problemática já está instaurada, sem esperar que os menores cometam crimes para que se lhes ofereça apoio.

Mais a frente, aprofundaremos a importância e as funções do professor para prevenir, intervir e apoiar os alunos e representantes.

1.2.3. A importância do papel dos criminólogos nas escolas

Na verdade, a escola não está apta nem é suficiente para responsabilizar-se sozinha por todos os problemas e situações de violência que acontecem, por isso deve trabalhar em conjunto e de forma articulada com a rede social básica (família, comunidade e professores). Deve criar uma rede interdisciplinar resistente, com a capacidade de aguentar pressões desestabilizadoras, antecipar-se a estas e gerar respostas preventivas, envolvendo e estabelecendo no seu trabalho parcerias estratégicas na área da saúde, dos órgãos que são responsáveis pelas políticas públicas (educativas e de segurança), da educação e da assistência social, visando a qualidade de vida coletiva e individual (Melim & Pereira, 2013).

Desta forma, segundo a criminóloga Marisol Madero, incluída no texto de Cabeza e Guerrero (2020), define a Criminología Educativa como “*Los procesos relacionados con la educación que tendrán influencia en las conductas antisociales, ya sea para evitarlas y/o controlarlas*” (Cabeza & Guerrero, 2020, pp.89). Todas as competências dos criminólogos e as suas funções (análise criminológica; concepção e execução de programas de prevenção da criminalidade e de avaliação do risco; intervenção comunitária; mediação escolar...) estão previstas e descritas no Decreto de Lei N°70/2019.

É evidente, que a criminologia utiliza diversas metodologias, técnicas, que estarão baseadas em teorias criminológicas e em áreas como a criminologia educativa e comportamental. Em resumo, utiliza-se para criar planos de prevenção nas escolas e colégios, além de produzir conhecimentos do início das condutas antissociais através de uma disciplina específica. Pode-se recorrer a criminologia educativa, que foca o seu trabalho no equilíbrio interior dos indivíduos, como é a regularização das emoções (inteligência emocional), aceitar pensamentos distintos ao seu, respeitar os direitos das demais pessoas, dar ferramentas para controlar as emoções (Cabeza & Guerrero, 2020).

Dever-se-ia constituir uma equipa multidisciplinar nas escolas, incorporando psicólogos e criminólogos, que se encarregam do “*gabinete de observação e monitorização de comportamentos e de factores de risco*” trazendo benefícios para a instituição, uma vez que a prevenção evita ou atenua comportamentos problemáticos que a curto prazo se traduzem em elevados custos para o estado e sociedade e para garantir o progresso positivo e a multidimensionalidade das instituições educativas (Caridade et al., 2015).

Segundo o mesmo autor, atendendo às necessidades presentes na escola, a curto prazo o criminólogo pode conhecer as condutas antissociais de cada sala de aula, através da realização de entrevistas e/ou questionários aos alunos (incluindo aos pais e professores) pode



perceber as necessidades da escola, assim como os fatores de risco e de proteção presentes e a partir de aí criar uma base de dados para intervir com material didático e/ou actividades a nível educativo. Por conseguinte, a médio prazo pretende-se acentuar as taxas de condutas anti normativas. Assim, inicia-se com actividades onde os alunos conseguem demonstrar o aprendizagem, convertendo-se em replicadores no ambiente. Então, cria-se um grupo de conversação e apoio, tal como se cria uma caixa para ajudas, denúncias e dúvidas de forma anónima, garantindo a confidencialidade, para conseguir eliminar conflitos e conseguir fornecer acompanhamento e encaminhamento aos alunos. Principalmente, prevê que a longo prazo os alunos sejam replicadores das aprendizagens, não só na escola mas sim nos distintos âmbitos das suas vidas. Por conseguinte, esta disciplina é uma ferramenta de prevenção de condutas antissociais, que também permite oferecer capacitação aos docentes e aos pais.

Naturalmente, para que a prevenção e intervenção seja eficaz, é necessário uma equipa interdisciplinar na escola, que possua psicólogos, assistentes sociais, médicos (Silva & Assis, 2018) e como já referimos criminólogos (que defendem os interesses tanto de estudantes como de professores). Consequentemente, um grupo que consiga supervisionar os comportamentos dentro da escola, reagir aos acontecimentos e conflitos, assim como focar-se no trabalho preventivo.

Segundo o mesmo autor, se se conseguir diminuir os índices da violência escolar, do mesmo modo que se fomenta o respeito por todos, através do recurso da criminologia, é um benefício já que anteriormente a conscientização e o fornecimento de apoio era inexistente. Desta forma, realizam-se actividades que geram uma sensibilização e prevenção, envolvendo todos os intervenientes de educação, para causar um efeito replicador. As estratégias seriam diversificadas e tendo em conta os seus destinatários: Com os alunos: seria criar laços afetivos, ensinar a lidar com as suas emoções, reconhecer situações de conflito, de risco ou de perigo, como devem atuar em cada uma delas e a quem devem acudir caso seja necessário, criar sentido de pertença e fomentar relações respeitadas e saudáveis; Com os docentes: criar vínculos com os mesmos, guiar para saber solucionar problemas de forma eficaz e não fomentar estas condutas ou minimizar o seu valor; Com os representantes: fornecer ferramentas para dirigir as suas emoções, criar um interesse pela escola e pela saúde emocional de seus filhos, construir uma rede de apoio completa e sentido de pertença.

1.2.4. Programa curricular coeducativo

Coeducar, consiste em apegar-se a um novo planeamento de educação, através da inovação curricular, metodológica e atitudinal, para garantir uma mudança nos valores e pautas de comportamento, uma troca de papéis sociais, que acredita em novos modelos de relações, distanciando-se dos modelos tradicionais (Hernández et al., 2016). Para obter uma sociedade onde podam conviver sem discriminação e em igualdade, é preciso fornecer aos alunos uma educação coeducativa, já que desde a escola se pode trabalhar para a inclusão e a diversidade, em benefício da educação e a convivência social (López et al., 2020).

As escolas, como agentes de socialização podem dirigir mudanças criando condições ideais para cada pessoa. Assim, a coeducação corresponde a educar na diversidade, tendo em conta as características individuais de cada pessoa e potenciar as diferentes inteligências e capacidades, independentemente do sexo e da idade, onde possam construir a sua identidade individual e social, desde um autoconceito positivo e saudável, proporcionando o desenvolvimento de todas as suas potencialidades e possibilitando projetos de vida não limitados por estereótipos sexistas ou discriminatórios e limitadores por motivo de género, desenvolvendo novos modelos de relações igualitárias e respeitadas (Hernández et al., 2016).

Segundo o mesmo autor, a escola deve planificar ações para fomentar a igualdade, isto é um plano de centro coeducativo que inclua a perspectiva de género para promover a igualdade e a prevenção da violência de género de forma a que a escola não tenha que proceder de forma improvisada, mas sim de forma sistemática, permitindo uma evolução e revisão contínua, contando com o envolvimento e colaboração das famílias para desenvolver um plano, e assegurar a educação igualitária dos alunos.

Efetivamente, a educação é um instrumento essencial para fazer frente diversos problemas sociais (entre eles a desigualdade e violência de género) e é chave para alcançar a desejada igualdade real entre mulheres e homens, em todos os âmbitos (na esfera pública e privada). Por isto, deve-se educar aos alunos, a não exercer poder sobre as alunas, nem a discriminação ou fomentar as práticas sexistas e dar-lhes ferramentas para detectar e evitar comportamentos abusivos. Existe necessidade de detetar de forma precoce estas atitudes para conseguir educar e prevenir a violência (López, Noguero & Vázquez, 2020).

Fomentar estratégias específicas para criar projetos educativos fiéis ao respeito de género, são necessárias para evoluir como sociedade (López et al., 2020). Desta forma, algumas estratégias são a linguagem inclusiva (nos manuais, livros, documentos e nas conversas do quotidiano). Deve-se incluir os princípios de igualdade, fomentar metodologias

de trabalho cooperativo, recursos e materiais com papéis não estereotipados (muitas das vezes despercebidamente utilizam-se conteúdos de forma preconceituosa) e vinculação da escola com a celebração de efemérides ligadas à promoção de igualdade e a erradicação da violência de género (8 de março e o 25 de novembro) (Hernández et al., 2016).

Além disso, trabalha-se no autoconceito, autoestima, educação emocional, habilidades sociais, resolução de conflitos de forma justa e não violenta, educação afectivo-sexual, corresponsabilidade, capacidade de tomada de decisões, promover modelos relacionais igualitários, aprendizagem de cidadania democrática e igualitária (fomentar cambios condutas através da educação em valores e na melhoria de habilidades relacionais), ensinar a detectar e combater os problemas que levam a violência de género, eliminar as atitudes sexistas, os prejuízos e os estereótipos e promover a cultura de paz e não violenta (Hernández et al., 2016; López et al., 2020).

Desta forma, há que detectar e desconstruir os estereótipos sobre o que é masculino e o que é feminino que possa influenciar na socialização com traços sexistas, trabalhando com os alunos de forma coeducativa, sem educação diferenciada que atribui papéis de género diferentes para homens e mulheres, desde o momento do nascimento, vai desde situações banais como as cores e brinquedos estereotipadas, que vão interiorizando e condicionando as futuras potencialidades, oportunidades e limitações. É preciso desenvolver com a entidade educativa a perspectiva de género, com a finalidade de identificar atitudes sexistas, a violência explícita e a menos visível. Uma vez que é fundamental reconhecer práticas, crenças e valores que se mantem e reproduzem desigualdade, que habitualmente não se percebem como discriminação, são subtis (não chamam a atenção) por estar incutidas na sociedade e banalizadas. É o caso dos micromachismos. Torna-se imprescindível a reflexão e supervisão das próprias crenças, valores e atitudes a respeito da igualdade e as manifestações de violência (Hernández et al., 2016; López et al., 2020).

A corresponsabilidade é uma estratégia implementada na coeducação, para o desenvolvimento pessoal e social dos alunos, tanto em casa como na escola (Hernández et al., 2016). Nos Estados Unidos, há um programa muito efetivo na prevenção (que tem baixado as taxas de reincidência) que consiste na utilização de métodos para melhorar as relações familiares, mudando algumas condutas, acentuando a motivação e compromisso, fomentando a cooperação e o aumento da reciprocidade entre os integrantes do núcleo familiar (Cabeza & Guerrero, 2020; Melim & Pereira, 2013).

A escola deve criar e estabelecer protocolos de ação, para conseguir resultados tendo a colaboração das famílias, com o objetivo de construir sociedades justas, democráticas e

igualitárias. Para que a escola seja coeducativa não pode guiar-se e reproduzir os códigos culturais dominantes de uma sociedade determinada. Deve ter como objetivo refletir, questionar, procurar e repensar novas formas de interpretar o mundo de uma maneira igualitária e justa. Tendo isto, como objetivo, direcionar a construção de uma sociedade onde homens e mulheres se relacionem em condições de igualdade em todos os âmbitos da vida (pessoal, laboral, familiar, social, cultural, econômica e política) (López et al., 2020).

A coeducação e a corresponsabilidade segundo López et al. (2020) são estratégias chave contra a violência de gênero, a qual permite acabar com estas desigualdades, propondo ações educativas baseadas na identificação e desconstrução de estereótipos, sem estabelecer relações de domínio sem suprimir um sexo ao outro e educar em igualdade, em convivência e aceitando a diferença. Assim sendo, fomentar a construção comum de um conjunto de valores que erradique os obstáculos sociais que impedem a igualdade entre mulheres e homens, permitindo a prevenção e dando ferramentas para relações satisfatórias e saudáveis.

Considerações finais da literatura

Finalmente, como é evidenciado ao longo da revisão da literatura, as instituições educativas são um local privilegiado para o desenvolvimento de competências sociais, onde se podem erradicar ou desenvolver comportamentos de risco. Efetivamente, quando se fala em violência escolar, abordam-se múltiplos fenômenos que acontecem nas instituições educativas, é um termo mais geral, que inclui o *bullying*, a conduta antissocial, a indisciplina, a delinquência juvenil e os distúrbios de conduta. Estes comportamentos, podem ser entre pares ou até mesmo professores e instalações escolares, manifestando-se em diferentes graus de gravidade e com diferentes causas, mas estes, contemplam características próprias que possibilitam a sua identificação, constituindo uma preocupação crescente para os representantes, docentes, comunidade e investigadores.

Por último, foi relevante esclarecer e perceber as estratégias de prevenção precoce, atendendo aos fatores de risco de forma a atenuar e os fatores de proteção, cujo objetivo é fomentar, assim como o objetivo de realçar o importante papel das escolas e educadores, que não são suficientemente valorizados. Além da importância do papel do criminólogo nas escolas, assim como os programas curriculares coeducativos, com a finalidade de realizar uma prevenção precoce de forma eficaz, trabalhando de forma estruturada e contínua.

Capítulo II - Estudo Empírico

Este capítulo aborda a contribuição empírica do presente estudo, tendo como finalidade apresentar a investigação realizada, assim como os fatores relacionados com o método e a discussão final dos resultados que se esperam alcançar com a sua implementação, tendo em conta a revisão da literatura prevista no capítulo anterior.

2.1. Abordagem Metodológica

Nardi (2018) diz-nos que a metodologia é o ajustamento adequado de um conjunto de operações para a concretização de objetivos estipulados, sendo que se trata de uma estrutura com princípios pelos quais se dirige uma investigação de forma organizada, com normas que permitem selecionar e coordenar as técnicas de recolha de dados mais adequados.

Dado que este estudo nasceu através do interesse, curiosidade e inquietude da autora, pela falta de prevenção das condutas antissociais, uma vez que só se considera a parte punitiva e não a preventiva, sobretudo com as crianças e jovens que são o suporte da nossa sociedade. Focando a investigação, essencialmente, em estratégias eficazes para a prevenção precoce, assim como a desconstrução das crenças, os estereótipos e os comportamentos que fomentam a violência bem como a sua banalização. Fomentando a resolução dos conflitos, a gestão das emoções, a formação dos professores, inclusão dos criminólogos em contexto escolar e incrementar o estilo parental democrático, mais concretamente em brindar aos jovens ferramentas psicossociais sustentadas pela criminologia.

Assim, existe uma procura em trabalhar com os jovens, pais e docentes para conseguir uma prevenção primária e secundária, uma vez que a atuação precoce é a mais efetiva contra a violência em contexto escolar. Verificando-se, através do enquadramento teórico, que existem muitas questões a serem estudadas sobre esta temática.

2.1.1. Objetivos

Posto isto, o objetivo geral definido para esta investigação, é compreender quais as estratégias mais eficazes no contexto de violência escolar, considerando a perspectiva dos docentes. Já a nível de objetivos específicos, pretende-s:

- i) Desconstruir a violência e sua banalização por parte dos agentes educativos;
- ii) Definir práticas de prevenção, através da organização do ambiente escolar;

iii) Compreender os benefícios da resolução pacífica de conflitos e da educação emocional nas escolas;

iv) Fomentar a formação devida aos profissionais de ensino, docentes, e rever a importância do trabalho dos criminólogos em ambiente escolar;

De seguida apresentar-se-á a técnica de recolha de dados mais adequada ao caso em estudo.

2.1.2. Instrumentos de recolha de dados

No tocante à recolha dos dados empíricos, a nível qualitativo, segundo Morgan (1996), o *focus group* é o mais adequado para avaliar a reação de um grupo previamente selecionado, segundo critérios estabelecidos de acordo com a investigação, possibilitando a perceção e análise de possíveis discrepâncias ao nível de reações e opiniões.

2.1.3. Focus group

Para além da possibilidade de avaliação da reação do grupo, Stewart e Shamdasani (2014) defendem que outro propósito do *focus group*, dada a interação, é a obtenção de relatos de perceções e experiências, úteis para uma análise mais completa. Nesse sentido, considera-se essencial a presença de um moderador, que apenas deve orientar e, ocasionalmente, intervir, num contexto de socialização, sem fatores de pressão e num ambiente considerado confortável para todos os intervenientes.

Contudo, Morgan (1996), constatou trata-se de um método cuja quantificação não é possível e que impede perceber até que ponto as opiniões do grupo em análise não são mutuamente influenciadas.

2.1.4. Proposições

Com base na revisão da literatura apresentada, definiram-se quatro proposições:

Proposição 1: Os docentes consideram importante obter formação sobre como lidar em caso de violência escolar (Silva & Assis, 2018).

Proposição 2: Os criminólogos são essenciais, para acompanhar tanto os docentes como os alunos em contexto de violência escolar (Caridade et al., 2015).

Proposição 3: As medidas de intervenção devem ser previamente planejadas e adequadas a quando uma situação de violência escolar pelos docentes (Hernández et al., 2016).

Proposição 4: Segundo os docentes é essencial a intervenção dos pais e comunidade para que as estratégias definidas sejam eficazes em contextos de violência escolar (Leiva, Quiel & Zúñiga, 2013).

2.2. Caracterização dos participantes

Os grupos são essenciais para a realização desta metodologia. Assim, cada grupo deve ser constituído com base em características idênticas, de forma a assegurar harmonia, semelhança e, ao mesmo tempo, diversidade, de forma a alcançar os objetivos propostos (Morgan, 2010).

Através deste método de constituição, de acordo com Stewart e Shamdasani (2014), existe, aproximação e incentivo ao debate, possibilitando explorar a existência, ou não, de consenso relativamente aos tópicos apresentados. Contudo, para além de ter em consideração o perfil dos participantes, os autores consideram essencial definir de forma clara o número de elementos de cada grupo e o recurso a, no mínimo, três grupos diferentes, para a obtenção de resultados claros.

A caracterização do grupo de participantes, quanto aos *focus group*, integrarão indivíduos (professores) que fazem parte da população ativa, maiores de 18 anos. Assim, deveram ser criados três grupos, cada um com o mínimo de 8 participantes e o máximo de dez, podendo estes lecionar na mesma escola ou não.

2.2.1 Papel do investigador

Relativamente ao papel do investigador, segundo Geoffrion (2003), este deve concentrar-se apenas em moderar, ou seja, desempenha a tarefa de liderar o grupo com o mínimo de intervenções possível, de forma imparcial e deixar a discussão fluir naturalmente. No entanto, é essencial que reencaminhe, quando necessário, para que a discussão não fuja ao

tópico proposto. Deve, também, posicionar-se de forma meticulosa e cuidada no que diz respeito às ideias propostas, sínteses e quando inquire diretamente algum elemento.

2.3. Material e procedimentos

No que respeita aos procedimentos necessários para o desenvolvimento do presente estudo, deverá dar-se início aos pedidos de autorização às escolas envolvidas. Em primeiro lugar requerer-se-á autorização para a recolha de dados, seguida de um protocolo de investigação que esclarecerá as operações éticas e deontológicas, relativamente à análise de documentos. Além disso, será encaminhada a proposta do estudo “À Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa”, com a finalidade de confirmar a sua viabilidade ética.

A administração do *focus group* iniciou com a informação relativa ao estudo e a garantia de confidencialidade e anonimato dos dados que foram fornecidos, com a respetiva assinatura do consentimento informado. Se prevê a participação voluntária e informada de cada participante.

Quanto à elaboração do guião, este foi dividido em quatro secções chave, para além da apresentação dos participantes. O objetivo da recolha destes indicadores era obter a validação, ou não, das proposições traçadas.

Assim, na tabela seguinte, apresentam-se as questões presentes no guião, ilustrando a relação com os objetivos definidos para esta pesquisa, bem como as dimensões em que se enquadram na análise.

Tabela -1. Construção do guião

Questões do Guião	Objetivos	Dimensões
Grupo I - Abertura Por favor, comecem por se apresentar e digam dois adjetivos que vos representem.	Caracterização dos participantes.	-
Grupo II - Introdução	Aferir o grau de conhecimento sobre os vários	Violência em contexto escolar

Como docentes já presenciaram, participaram, ou intervieram num contexto de violência escolar?	tipos de violência em contexto de violência escolar.	
Grupo III - Transição Consideram que precisam de apoio, formação e mais informação para lidar com casos de violência escolar de forma adequada?	Aferir o nível de abertura dos docentes para incorporar criminólogos, psicólogos ou pessoas com formação em violência escolar.	Inclusão da criminologia
Grupo IV - Chave ou Foco Consideram o incremento de pais, comunidade e funcionários da escola em estratégias de prevenção à violência escolar essenciais e insubstituíveis?	Confirmar a importância da inclusão de todas as pessoas envolvidas relativamente aos alunos nas estratégias de prevenção à violência escolar.	Inclusão da comunidade e família
Grupo IV - Chave ou Foco As medidas de prevenção à violência escolar, devem ser previamente planeadas e depois aplicadas, ou, planeadas e adaptadas a cada caso?	Aferir a tipologia de estratégias contra a violência escolar que é mais eficiente para os docentes	Estratégias de Prevenção
Grupo IV – Chave ou Foco A quando a uma situação de violência escolar, têm em conta o estado emocional do aluno? Consideram a educação emocional importante quando ocorrem este tipo de situações?	Aferir o grau de interesse dos docentes, bem como a importância da educação emocional direcionada para os alunos.	Educação emocional

<p>Grupo IV - Chave ou Foco</p> <p>Um programa coeducativo, é uma forma inovadora e adaptável em contexto de violência escolar?</p>	<p>Perceber o que pensam os docentes sobre programas coeducativos.</p>	<p>Programa curricular coeducativo</p>
<p>Grupo V - Fecho</p> <p>A sua opinião alterou-se desde o início da reunião?</p>	<p>Aferir o grau de influência da reunião e dos participantes entre si.</p>	<p>-</p>

Fonte: Elaboração própria.

2.3.1. Técnica de análise de dados qualitativos

Raramente é prático ou essencial unificar toda a discussão que surge num *focus group*. Quando incidem no mesmo tópico geral, a unitização completa torna-se ainda mais difícil. Por esta razão, a maioria das análises de conteúdo de *focus group* envolvem alguma amostragem da discussão total do grupo para fins de análise (Stewart & Shamdasani, 2017).

A unitização (ou seja, a criação de unidades) envolve a definição da unidade ou nível de análise apropriado. Deveria ser possível considerar cada palavra falada num grupo de foco como uma unidade para análise. Em alternativa, a unidade de análise poderia ser uma frase, uma sequência de frases ou um diálogo completo sobre um determinado tópico. Stewart e Shamdasani (2017), sugerem, então, que a análise de conteúdo contém três tipos de unidades que se devem considerar: unidades de amostragem, unidades de registo e unidades de contexto.

2.4. Resultados esperados

Os resultados esperados por autor estão previstos na **Tabela 2** serão unicamente expectáveis, extraídos dos focus group, atendendo à revisão da literatura do capítulo anterior e com base na experiência adquirida no estágio curricular da aluna. Devido à clara natureza projetual do presente estudo, não têm resultados a apresentar e de acordo com a tabela, se junta a teoria explorada em caso de materializar este estudo, consiga-se perceber o que eventualmente poderia ser descoberto.

Tabela 2 - Resultados esperados

Enquadramento Teórico	Resultados Esperados
-----------------------	----------------------

Melim & Pereira, 2013	Antes do plano de prevenção é essencial organizar o ambiente escolar, deve ser seguro, respeitador e inclusivo, verificando-se que este clima positivo não se desenvolve naturalmente, é importante ser criado, reforçado e mantido por toda a comunidade educativa.
Cabeza & Guerrero, 2020	Certifica-se, que enquanto maior for a aplicação da criminologia nas escolas, menores serão as condutas antissociais dentro e fora do plantel educativo, sendo eficaz a prevenção precoce.
Cabeza & Guerrero, 2020	Verifica-se que uma ferramenta útil para dar formação, apoio e orientação aos professores, são os criminólogos, brindando uma capacitação profissional constante sobre práticas restaurativas, preventivas e ensinando técnicas para solucionar conflitos, funcionando como mediador escolar.
Vargas & Monjardín, 2019	A prevalência e/ou preditor de violência são atitudes contra ela (aceitação ou rejeição) e crenças culturais. Verifica-se que as atitudes, as normas, os valores e as crenças influenciam a forma de pensar, os juízos que se fazem, a tomada de decisões e a forma de como se comportam, que muitas das vezes é transmitida de geração em geração.
Vargas & Monjardín, 2019	Confirma-se que as atitudes de violência escolar se relacionam com outros fatores como é o compromisso com as normas e a relação entre alunos e docentes. Por outras palavras, se os professores aplicarem ações para erradicar abusos entre os alunos, estes mesmos vão mostrar mais atitudes contra a violência. Da mesma forma, que a crença que o docente tenha sobre a gravidade dos atos, assim vai determinar a sua reação, pois se considera que a violência é normal e faz parte do quotidiano, vai tirar valor aos atos, vai deixar os alunos sozinhos a solucionar o conflito e rara vez controlam o agressor.
Martins, 2011	Do ponto de vista da componente comportamental, a violência vincula-se com a ausência de habilidades sociais e emocionais, para resolver problemas de forma assertiva (negociação e mediação), podendo aumentar a probabilidade de ter condutas violentas.
Melim & Pereira, 2013	Implementar nas escolas formações para a educação emocional e práticas para o quotidiano de socialização respeitosa, contribui para melhorar a convivência e prevenção da violência. No plano de aprendizagem da escola devem estar previstas as competências cognitivas, emocionais e comportamentais, mediante o impulso de condutas assertivas, da participação ativa dos agentes educativos, assim como a resolução de conflitos.

Silva e Assis, 2018	É fundamental para o impacto e a eficácia das estratégias de prevenção, a capacitação dos professores, assim como, estratégias para a reflexão e treino de competências sociais.
Santos et al., 2020	A fim de evitar ou atenuar a violência, deve-se focar nos vínculos de colaboração entre as famílias e os centros educativos, fomentando o acolhimento mútuo, formação permanente, participação cooperativa e comunicação assertiva, numa educação familiar e escolar que se caracteriza como segura, respeitosa, confiável e inclusiva para todos os agentes educativos.
Martins, 2005; Melim & Pereira, 2013	Naturalmente, há evidência de que as condutas expressas pelos alunos na escola estão relacionadas com o estilo parental. O tipo de educação parental é um exemplo de um predicado explicativo de condutas antissociais e/ou delinquentes.
Alarcón, 2017; Capano & Ubach, 2013	Confirma-se que o estilo parental democrático é o mais adequado para o desenvolvimento psicológico das crianças e jovens, e que se adapta melhor ao tempo em que vivemos, sendo mais positivas e saudáveis e deixando para trás práticas obsoletas. Na verdade, gera futuros adultos com melhor ajuste emocional e conductual.
Hernández et al., 2016	Coeducar, consiste em apegar-se a um novo planeamento de educação, através da inovação curricular, metodológica e atitudinal, para garantir uma mudança nos valores e pautas de conduta, uma mudança de papéis sociais, que acredita em novos modelos de relações, distanciando-se dos modelos tradicionais.

Fonte: Elaboração própria.

Tendo em conta, a tabela acima, pode-se confirmar e encontrar resultados indicadores de que é possível atenuar a violência em contexto escolar, através da prevenção precoce, trabalhando com os docentes (e os restantes agentes educativos), organizando o ambiente escolar, aplicando a criminologia, desconstruindo crenças que fomentam a violência e sua banalização, implementando a coeducação, fomentar habilidades sociais para adquirir competências de resolução de conflitos e educação emocional. Além de verificar, mais especificamente, a aceitação e manutenção da violência que se deve pela falta de educação e formação dos agentes educativos.

2.4.1. Análise e discussão dos resultados

Desta forma, ao aplicar a metodologia de investigação a nível qualitativo e após a recolha, leitura crítica e tratamento da informação encontrada e selecionada para realizar o estudo, apresenta-se, numa fase inicial, os resultados obtidos. Assim, algumas das estratégias mencionadas e sugeridas direcionadas aos docentes, com a finalidade de atenuar ou erradicar a violência em contexto escolar, são:

- A formação dos docentes;
- A resolução de conflitos e educação emocional;
- Apoio e orientação por parte dos criminólogos;
- Organização do ambiente escolar;
- Formação sobre estilos parentais;
- Desconstrução da violência e a sua banalização.

A implementação de um criminólogo por cada escola, permite prevenir com eficácia a violência, e funciona como mediador de convivência, procurando atenuar os conflitos dentro das escolas e em seu redor. Assim, adequando programas para uma socialização saudável, com intervenções individuais e grupais, trabalhando com os agentes educativos, os quais podem acudir a ele sempre que exista qualquer problema ou precise de aconselhamento, fornecendo um apoio integral. Além disso, têm a obrigação de sensibilizar a comunidade educativa e garantir a realização da identificação, deteção e intervenção de casos de violência, implementando um plano de ação em cada escola (Cabeza & Guerrero, 2020).

Segundo Silva e Assis (2018), as ações mais efetivas são as técnicas para aperfeiçoamento do comportamento, mediante estratégias positivas e saudáveis de enfrentamento, habilidades sociais e atividades focadas em condutas antissociais específicas. Verificando-se, que muitos dos programas de prevenção e intervenção têm como foco os alunos e há falta de integração dos docentes e representantes. A escola deve ter como prioridade na sua política educativa a identificação e intervenção da violência. Assim, ser rígida e inflexível na proibição de certas condutas e atitudes, não permitir o desrespeito nem a indiferença dos casos de agressividade, com a finalidade de combater a violência, é essencial estimular para boas práticas de convivência e de relacionamento. Assim como, se deve aumentar a conscientização, o posicionamento crítico dos jovens e docentes sobre o valor do clima escolar, criando um espaço e tempo para debater temáticas a volta da violência e a indisciplina, podendo ser inseridas em jornadas específicas criadas para o efeito ou podem ser integradas nos planos curriculares de algumas disciplinas (Melim & Pereira, 2013).

De facto, quando os docentes não possuem a devida formação relativamente à violência em contexto escolar, isso provoca um mau uso das regras e sanções disciplinares por parte da



escola que pode vir a prejudicar todos os seus integrantes, como a ocorrência de casos de abuso de poder ou preconceitos (Silva & Assis, 2018). Na verdade, a formação deve ser completa e contínua, tanto para os docentes como para os gestores e auxiliares, porque ter conhecimento de uma realidade específica não significa saber lidar com a situação (Melim & Pereira, 2013). Desta forma, devem desenvolver competências que permitam compreender o fenómeno, a sua natureza, as características, causas e consequências da violência escolar, reconhecendo as diferenças e semelhanças entre conflito e violência (Calderón, 2011). O facto de os docentes não terem conhecimentos sobre a matéria em análise, faz com que não notifiquem muitas diversas vezes sobre as condutas agressivas na escola, trazendo consequências negativas pela reação tardia, uma vez que ficam ultrapassados com a extrema gravidade dos atos e, conseqüentemente sentem-se isolados e sem apoio por parte das autoridades competentes (Cabeza & Guerrero, 2020).

Os docentes têm de ser conscientes das repercussões que estão em volta da sua forma de se expressar e de atuar ante os alunos no cotidiano e a importância da sua posição ante a violência. Assim sendo, a atuação destes deve basear-se ante o princípio de responsabilidade cívica, atuar adequadamente é uma obrigação e não uma responsabilidade pessoal e profissional (Hernández et al., 2016). Os docentes, devem lograr regular suas emoções, aprender a gerir conflitos, ser capazes de observar e ouvir, para conseguir identificar, sinalizar e agir, é fundamental que criem um vínculo de confiança com os alunos, para interpor-se ante situações de risco ou perigo (Cabeza & Guerrero, 2020). Estes, têm de ouvir aos alunos quando relatam ou pedem ajuda em caso de violência, não podem ser negligentes e ficar calados ou ignorar os testemunhos, deve procurar investigar os factos, com a finalidade de não ser um cúmplice, para diminuir o clima de tensão e hostilidade (Martins, 2011).

Desta forma, a relação entre docentes e alunos influencia a maneira como os jovens lidam no contexto educativo, assim como a criação de expectativas por parte dos professores pode ter influência negativa ou positiva para o êxito académico dos alunos. Por exemplo, aqueles que têm expectativas positivas, costumam fornecer mais oportunidades aos alunos (participação e interação), criando assim melhores relações e adaptação, o mesmo acontece quando os alunos consideram que os docentes pensam que possuem competências escolares boas, incrementado o gosto pela escola (Camacho et al., 2010). Porém, devem ativamente cultivar uma relação, através do afeto e respeito para fomentar o ambiente positivo, este, terá um efeito de condutas mais adequadas por parte dos alunos, já que de certa maneira estão comprometidos afetivamente e não desejam desiludir os docentes (Melim & Pereira, 2013).

Em particular, os docentes são a peça chave para pôr em marcha ações para mediar situações de conflito ou comportamentos violentos por parte dos alunos. Desta forma, é importante que na formação criem competências para o diálogo, assim como modelos de gestão de conflitos para melhorar a convivência, já que seu papel vai além de ensinar (Calderón, 2011). Por outro lado, na sua formação deve ser incluída a abordagem de igualdade e que este, esteja consciente do potencial da sua intervenção para prevenir a violência de gênero e suas diversas manifestações na instituição educativa, contemplando a prevenção, formação em igualdade e coeducação (Hernández et al., 2016). Os docentes, devem refletir sobre o significado da igualdade de gênero e sobre o que representa para eles, para poder analisar suas expectativas, preconceitos e limitações, valorizando as competências que possui para afrontar estas problemáticas com os alunos (López et al., 2020).

Segundo Calderón (2011), os docentes devem fomentar um ambiente cooperativo para superar o ambiente competitivo. Promovendo relações positivas entre todos e gerar maior adaptação, autoestima e capacidade social, contribuindo a ajuda mútua de forma voluntária e diminuindo os níveis de competitividade e agressividade. Por isto, a capacitação possibilita a exploração crítica na temática e permite propor ferramentas efetivas para melhorar as atitudes na enseñanza, para que estas não cheguem a ser violentas (Leiva et al., 2013).

Os pais e os docentes têm uma tarefa primordial no desenvolvimento psicológico das crianças, com as suas crenças, valores, estilos atribucionais, teorias implícitas, expectativas e as suas formas de enfrentar e reagir em algumas circunstâncias (López et al., 2008; Capano & Ubach, 2013). Os agentes de socialização têm um papel fundamental, transmitem de geração em geração, um modelo de socialização que mantém uma cultura violenta, passada através de valores, crenças, mitos e estereótipos negativos, como é o caso da cultura sexista ou de um contexto familiar com violência de gênero (Hernández et al., 2016). A violência surge por distorções cognitivas, atitudes e crenças acerca da realidade social, preconceitos sobre religiões, culturas ou etnias, avaliadas de acordo com critérios ético-morais, atribuindo valor aos outros ou intenções (Martins, 2011). Desta forma, o clima escolar é afetado por todas estas influências que se manifestam no cotidiano como um padrão de interação (Melim & Pereira, 2013).

Nas escolas, há uma grande oportunidade para desconstruir os estereótipos sexistas, deve-se desfazer o doutrinamento, incentivar os alunos a eliminar as hierarquizações dos papéis pré-estabelecidos, romper com as desigualdades e implementar uma linguagem inclusiva. Devem ser trabalhadas construções mentais próprias, ajudar no desenvolvimento de

habilidades que permitem identificar e rejeitar estereótipos e fazer com que consigam sinalizar possíveis manifestações de maus tratos (Hernández et al., 2016; López et al., 2020).

Calderón (2011), propõe que seja o diálogo a estratégia utilizada para possibilitar a construção ou reconstrução das relações. A resolução de conflitos está ligada ao desenvolvimento de competências para regular as emoções. Na verdade, muitas das vezes as pessoas são agressivas porque não possuem habilidades para gerir essas mesmas emoções e a capacidade de comunicar-se eficazmente (Alarcón, 2017; Melim & Pereira, 2013; Cabeza & Guerrero, 2020). A gestão de conflitos, procura que as partes consigam uma solução, utilizando estratégias, métodos e habilidades não violentas como é o processo cooperativo denominado mediação e negociação. Por isso, deve haver uma resposta rápida e para isso os docentes precisam de preparação para intervir e ser mediadores, devendo fomentar a convivência positiva e o diálogo entre os alunos, além de reconhecer e aceitar que certas atitudes podem gerar violência (Calderón, 2011).

Desta forma, o docente deve utilizar um bom tom de voz, estar calmo e ao dirigir-se aos alunos deve fazê-lo de forma assertiva e controlar as emoções perante as situações. Isto permitirá conduzir corretamente o problema sem nenhuma expressão violenta. Por isso, é fundamental formar-se para conhecer e aplicar o mais adequado e deixar para trás práticas obsoletas, adaptar-se a práticas mais positivas e saudáveis para educar (Melim & Pereira, 2013; Silva & Assis, 2018; Leiva et al., 2013; Capano & Ubach, 2013).

Os modelos de criança são fundamentais em qualquer processo de capacitação de pessoas responsáveis pelo cuidado e educação de jovens, já que coloca à disposição informações vantajosas sobre os métodos benéficos de forma a evitar comportamentos violentos (Leiva et al., 2013). Devem evitar os estilos educativos inadequados (negligentes e permissivos) que podem gerar jovens com condutas antissociais (López et al., 2008). Devem ser identificadas quais as práticas educativas incidem no desenvolvimento de condutas violentas e quais são obsoletas (Santos et al., 2020). Segundo Capano e Ubach (2013), o mais efetivo é o estilo democrático, ligado à parentalidade positiva, tendo por base o interesse superior da criança. Formando futuros adultos independentes, com habilidades sociais, com controle de seus impulsos, assim como assertivos e pró-sociais.

Desta forma, é necessário que a escola e outros profissionais de orientação e educação funcionem como assessores (Santos et al., 2020). Para desenvolver estilos educativos parentais adequados precisa-se de apoio para levá-los a cabo, Capano e Ubach (2013) propõem que o apoio possa ser fornecido através de uma formação parental, ministrada nas escolas à qual pertençam os seus filhos. Sendo fundamental que a mesma acompanhe e apoie

estes processos, criando um vínculo entre pais e escola, pois, seria uma experiência benéfica, produtiva, a sua eficácia e relevância está provada nas investigações de Capano e Ubach (2013). A sua eficácia comprova-se na melhoria da comunicação, na resolução de conflitos e na diminuição do stress, ou seja, têm múltiplas vantagens para os pais e filhos, assim como nas relações com os pares dentro e fora da escola. Segundo, Santos et al. (2020) as famílias e os docentes devem possuir habilidades positivas contidas no diálogo, com informações claras e consistentes, para que sirvam como um fator de proteção.

Reflexões finais

Estamos perante um fenómeno que tem diversas manifestações e causas, o qual representa sérios danos tanto a nível da escola como da sociedade e saúde, física e psicológica, segurança dos agentes educativos, daí a necessidade de prevenção.

Na sua totalidade, a investigação levada a cabo permite concluir que a problemática em causa tem vindo a aumentar (a violência, não só a nível escolar), sendo pela evidente falta de formação e apoio dos indivíduos para gestionar os problemas e atenuar a violência e, por isto, existe uma necessidade de formação e capacitação para ter como resultado a prevenção precoce da violência, atuando desde a génese do problema sem deixar que esta se instaure. No mesmo sentido, verificou-se também a existência de ajustamentos a implementar pelos docentes, que permitam proporcionar melhorias nos diversos campos de atuação das escolas (Silva & Assis, 2018).

Em suma, o presente trabalho centrou-se nas atitudes e ações dos docentes dentro da escola, já que influência aos jovens que geram conhecimento de tipo social, nas instituições educativas, podendo erradicar ou adquirir comportamentos de risco. Procurou-se sensibilizar para que os agentes educativos, mais especificamente os docentes, aprendam e adquiram competências que lhes permitam construir relações sociais mais saudáveis, respeitadas, igualitárias e satisfatórias, nas quais desenvolvem inteligência emocional. Assim, reforçamos estratégias a nível educativo para que os professores apliquem no dia a dia com os jovens e o seu meio envolvente, podendo assim aprender sobre o controlo das emoções, a resolução de conflitos, o respeito pelos direitos dos outros, a aceitação da diversidade e dos pensamentos diferentes. Visa-se, portanto, tratar a génese das problemáticas, através da prevenção, e não da punição – ou seja, fornecendo apoio integral, sem expectativa de desenvolvimento de condutas antissociais (Martins, 2011; Calderón, 2011; Melin & Pereira, 2013). Repare-se que

o próprio Estado parece falhar em matéria de prevenção, já que apenas implementa quando as problemáticas já estão instauradas, atribuindo pouco valor à prevenção primária e secundária - o foco passa mais por punir e não por promover a prevenção.

Espera-se, também, com esta investigação contribuir para que a comunidade educativa, em específico os docentes, estejam mais conscientes do reconhecimento de eventuais situações de violência e quais estratégias são úteis para prevenir a mesma.

Desta forma, um dos maiores desafios que temos como criminólogos é, sem dúvida, levar a cabo uma prevenção de condutas antissociais de forma eficaz.

Então, é fundamental a prevenção e intervenção a partir dos centros educativos. Considera-se relevante o envolvimento de todos os agentes, ou seja, alunos, pais (integrando-os, formando e apoiando), comunidade e professores (que devem ter formação sobre as diversas formas de violência), assim o criminólogo, enquanto mediador, para poder obter melhores resultados no futuro. Tal poderá atenuar os conflitos dentro das escolas e em seu redor, gerando melhores cidadãos, com as ferramentas necessárias para que sejam capazes de gerir problemas e evitar desvios. De notar a sua particular importância a longo prazo, visto prever-se que os mesmos sejam replicadores das aprendizagens, não só na escola, mas em todos âmbitos das suas vidas (Cabeza & Guerrero, 2020; Melin & Pereira, 2013).

A consecução deste trabalho final possibilitou o desenvolvimento de competências de investigação, nomeadamente a pesquisa, leitura e reflexão, bem como o aprofundamento de conhecimentos sobre esta problemática em contexto escolar, a aquisição de capacidades de identificação e prevenção da mesma.

Desta forma, as potencialidades desta proposta de investigação traduzem-se pela relevância das ferramentas apresentadas, que possibilitam, direcionam e contemplam estudos que desenham e explicam estratégias inovadoras e eficazes para a prevenção da violência em contexto escolar. Logo, esta investigação fomenta a importância e prioridade que cada instituição educativa deve dar ao apoio de um criminólogo, para conseguir alcançar mudanças e oportunidades de prevenção precoce.

Assim sendo, os potenciais obstáculos para a concretização deste trabalho, passam, primeiramente, pelo facto de ter encontrado maioritariamente artigos escritos em língua inglesa, contrariamente ao que aconteceu com o português, não só pela evidente barreira linguística, mas também pela dificuldade em obter dados sobre a perspectiva portuguesa. Por outro lado, há diversos artigos que se focam nos alunos sem ter em conta os restantes envolvidos em contexto escolar, denotando-se que a grande responsabilidade de professores, pais ou encarregados de educação no processo é subvalorizada.

Assim espera-se que esta investigação seja um ponto de partida para futuros estudos, procurando-se reduzir as lacunas existentes e delinear melhores programas de prevenção e intervenção no trabalho com crianças e jovens, sugere-se o desenvolvimento de estudos focados na articulação escola-família, nos quais pais e professores deveriam ser mais integrados, uma vez que o seu envolvimento influencia a eficácia da implementação de tais programas. Por outro lado, também pesquisas centradas nos comportamentos e percepções dos professores e investigações sobre equipas multidisciplinares nas escolas, que incluam criminólogos, poderão representar contributos originais para a ciência.

Referências Bibliográficas

Alarcón L. (2017). *Criminología Familiar. La Educación Parental Como Factor Criminógeno*. México. Archivos de Criminología, Seguridad Privada y Criminalística, año 5, vol IX, pp. 22-30

Association, A. P. (2019). *Publication Manual of the American Psychological Association*. Retrieved from <https://books.google.pt/books?id=AwVkyAEACAAJ>

Beccaria C. (2013). *Dos delitos e das penas*. [tradução de Cretella Jr e Agnes Cretella]. 6 ed. ver. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

Cabeza D. e Guerrero O. (2020). *Criminología educativa y conductual aplicada en la prevención de conductas antisociales, grupo de sexto año, primaria Venustiano carranza Ecatepec, estado de México 2019-2020*. México. Revista CLEU - Sección Tópicos Latinoamérica.

Calderón I. (2011). *La Mediación en la Resolución de Conflictos en los Contextos Escolares*. Venezuela. Acción Pedagógica, N°20, pp.42-57.

Camacho I., Tomé G., Matos M., Gamito P. e Diniz J. (2010). *A Escola e os Adolescentes: Qual a Influência da Família e dos Amigos?*. Portugal. Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente. Lisboa, N°1.

Capano Á. e Ubach A. (2013). *Estilos parentales, parentalidad positiva y fonación de padres*. Uruguay. Prensa Médica Latinoamérica VII (I): 83-95

Caridade S., Martins A. e Nunes L. (2019). *Estilo de vida dos adolescentes e jovens adultos e comportamentos desviantes e delinquentes: Das vivências familiares, escolares e individuais*. Portugal. Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social Vol.5 (1): 40-60

Código Penal (2016). Portugal. Edições Almedina, S.A. 6ta Edição - Reimpressão.

Diário da República, 1ª. Série. “*Assembleia Da República - Lei N° 70/2019*”. Portugal. N° 167. 2 de setembro de 2019. pp. 3-5.

D. Martins M. (2005). *O problema da violência escolar: uma clarificação e diferenciação de vários conceitos relacionados*. Portugal, Revista Portuguesa de Educação, 2005, 18(1), pp.93-115.

D. Martins M. J. (2011). *Prevenção da indisciplina, da violência e do bullying nas escolas*. Portugal. PROFFARMA n°03.

Geoffrion, P. (2003). O grupo de discussão. *Investigação Social: Da Problemática à Colheita de Dados*. Loures: Lusociência, pp. 319–344.

Hernández C., Sáez R., Ramos I., Álvarez E. e García J.(2016). *Guía de buen trato y prevención de la violencia de género: Protocolo de actuación en el ámbito educativo*. Sevilla-España. Junta de Andalucía - Consejo General de Participación y Equidad.

Leiva V., Quiel S. e Zúñiga F. (2013). *Programa Educativo Para La Prevención y El Manejo De La Violencia Escolar*. Costa Rica. Revista Electrónica Enfermería Actual En Costa Rica. Edición Semestral N°24.

López J., Noguero F. e Vázquez P. (2020). *Pensamiento y Convivencia entre Géneros: Coeducación para Prevenir la Violencia*. España. Multidisciplinary Journal of Gender Studies Vol.9. N°3. pp. 263-287.

López M., Becerra I., García M. e Gutiérrez C. (2008). *Prevención de la violencia infantil-juvenil: estilos educativos de las familias como factores de protección*. España. International Journal of Psychology and Psychological Therapy, vol. 8, nº 1, pp. 73-84.

Maia R., Nunes L., Caridade S., Sani A., Estrada R., Nogueira C., Fernandes H. e Afonso L. (2016). *Dicionário- Crime, Justiça e Sociedade*. Lisboa, Edições Sílabo, Lda.

Melim M. e Pereira B. (2013). *Violência e clima escolar; uma intervenção global*. Portugal. Atas do IX Seminário Internacional de Educação Física, Lazer e Saúde.

Morgan, D. L. (1996). *Focus groups*.

Morgan, D. L. (2010). Reconsidering the role of interaction in analyzing and reporting focus groups. *Qualitative Health Research*, 20(5), pp.718–722. <https://doi.org/10.1177/1049732310364627>

Nardi, P. (2018). *Doing Survey Research (4th ed.)*. New York: Routledge.

Nunes, L., Caridade, S. e Sani, A. (2018). *A escola em análise entre 2006 e 2016: Das Questões de (in)disciplina, transgressão e violência*. Revista Portuguesa de Investigação Educacional, nº18, 2018, pp-09-31.

Nunes L., Caridade S. e Sani A. (2015). *Avaliação do meio escolar: um estudo exploratório*. Portugal. Revista Lusófona de Educação, 30, pp. 141-158.

Santos M., Leiva J. e Alcalá M. (2020). *La violencia filo-parental desde una perspectiva pedagógica inclusiva: implicaciones en la educación familiar y escolar*. España. Revista Nacional e Internacional de Educación Inclusiva Vol.13 N°2 pp. 22-39.

Silva F. e Assis S. (2018). *Prevenção da Violência Escolar: Uma Revisão da Literatura*. Brasil. Educ. Pesqui., São Paulo, v.44, e 157305.

Stewart, D. W., & Shamdasani, P. (2017). Online Focus Groups. *Journal of Advertising*, 46(1), pp. 48–60. <https://doi.org/10.1080/00913367.2016.1252288>

Stewart, D. W., & Shamdasani, P. N. (2014). *Focus groups: Theory and practice* (Vol. 20). Sage publications.

Vargas A. e Monjardín M. (2019). *Actitudes hacia la violencia y creencias culturales en adolescentes involucrados en violencia escolar*. México, Anuario de Psicología N°49/2, pp. 94-193.



Anexos

Anexo I

Art.9º do Código Penal português (Livro I - Parte Geral, Título I - Da Lei Criminal, Capítulo Único - Princípios Gerais), Disposições especiais para jovens, “*Aos maiores de 16 anos e menores de 21 são aplicáveis normas fixadas em legislação especial*” pp. 43, é dizer aplica-se a Lei Tutelar Educativa, a aqueles que pratiquem atos qualificados pela lei como crime.

Anexo II - Guião

Compreender quais as estratégias mais eficazes no contexto de violência escolar, com o foco nos docentes

Este *Focus Group* tem como objetivo avaliar a perceção dos docentes quanto a estratégias de prevenção eficazes em contexto de violência escolar.

1. Abertura

Por favor, comecem por se apresentar e digam dois adjetivos que vos representem.

2. Introdução

Como docentes já presenciaram, participaram, ou intervieram num contexto de violência escolar?

3. Transição

Consideram que precisam de apoio, formação e mais informação para lidar com casos de violência escolar de forma adequada?

4. Chave ou foco

- Consideram o incremento de pais, comunidade e funcionários da escola em estratégias de prevenção à violência escolar essenciais e insubstituíveis?
- As medidas de prevenção à violência escolar, devem ser previamente planeadas e depois aplicadas, ou, planeadas e adaptadas a cada caso?
- A quando a uma situação de violência escolar, têm em conta o estado emocional do aluno? Consideram a educação emocional importante quando ocorrem este tipo de situações?
- Um programa coeducativo, é uma forma inovadora e adaptável em contexto de violência escolar?

5. Fecho

A sua opinião alterou-se desde o início da reunião?



Dados sociodemográficos dos Participantes

Idade: _____

Sexo: Masculino _____ Feminino _____

Distrito de residência: _____